



25 Adolfo J. R. de Almeida Biritiba Mirim  
26 Nilson Oliveira Bispo Santo André

27 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

28	Amauri Pollachi	APU-Presidente em exercício CBH-AT
29	Luciana Travassos e Melissa G.	UFABC
30	Jaqueline Bória	UNIFESP
31	Dario Sanchez	CIESP Diadema
32	Cristiane L. Cortez	FECOMERCIO-SP
33	Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP - Alto Tietê
34	Marcos Antonio Cordeiro	CIESP São Paulo
35	Marcelo Rodrigues S.	SINDIPEDRAS
36	Vanessa Dias	SINDUSCON
37	Miriam Duailibi	Instituto ECOAR
38	Dimitri A. Virgílio F.	MDV - Movimento em Defesa da Vida
39	Mary Dias Lobas	Instituto SIADES
40	Shindi Kiyota	UNIAGUA

41 **CONVIDADOS**

<b>Nome</b>	<b>Entidade</b>
Alaine	
Alfredo Pizzani	DAEE - CTMH
Allan S. de Oliveira	PM de Suzano - CTEA
Ari Xavier	
Beatriz Silva Gonçalves Vilera	FABHAT
Camila Arantes	UFABC – Univ. Federal ABC Coordenadora da CTGI
Camila Candiles	SEMAE Mogi das Cruzes - CTGI/CTMH
Cesar Louvison	
Dartan Gravina	Taquígrafo
Douglas	PM de Salesópolis
Eriane Justo Luiz Savoia	
Fernando Deli	PM de São Paulo - GT Mananciais
Fernando Tadeu	
Gabriel Souza Alves	SEMAE Mogi das Cruzes - CTGI
Hélio César Suleiman	Presidente FABHAT
João Luis	
Josué Barranco	DAEE - Coordenador da CTPA
Lara Dias de Jesus	SABESP - CTGI e CTPA
Laura	CIESP Oeste
Leticia Yoshimoto Simionato	
Lilian Barrella Peres	CETESB - Coordenadora da CTMH
Lisle Lima	CONISUD
Alefe Lopes	
Mayara Aboud Trivinho	FABHAT
Natacha Nakamura	PM de Suzano - CTGI
Nelson Carlos Fiusa	
Priscila Ikematsu	IPT - CTPA
Juliana Sales	
Walter Tesch	
Sergio Luiz Marcon	
Tania Melo, Valburg Junior, Shirley Salles, Larissa Cristina e Maiara	FABHAT

42 **1. Abertura.** Amauri Pollachi Vice-Presidente, e atual Presidente em  
43 exercício do CBH-AT constatando quórum abriu a reunião agradecendo  
44 a presença de todos. Larissa Cristina Silva (FABHAT) explicou as  
45 soluções básicas da plataforma Teams para a realização da reunião não  
46 presencial.

47 **2. Leitura, discussão e votação da ata da 2ª Reunião Plenária de**  
48 **2020, realizada em 28 de julho de 2020.**

49 Luiz Fernando Carneseca (DAEE) Secretário Executivo do Comitê  
50 colocou em discussão e solicitou a dispensa da leitura da Ata. Registrou  
51 que o Comitê, atendendo os quesitos de transparência e publicidade,  
52 sempre providenciou além de um Resumo Executivo da Ata, a Ata  
53 Completa contendo o inteiro teor da reunião, elaborada por taquigrafia,  
54 sendo que a Ata da 2ª Reunião Plenária gerou grande produção, de 200  
55 a 250 páginas.

56 Foram solicitados os seguintes ajustes no Resumo da Ata: constar 14  
57 representantes presentes pelo segmento Estado; entidade  
58 FECOMERCIO-SP e na linha 90 Lilian Sarrouf.

59 Também houve registros solicitando acrescentar no atual modelo de Ata:  
60 nominar os votos das abstenções e os contrários; nas deliberações não  
61 unânimes descrever com quadro simples o voto contrário, favorável ou  
62 abstenção; registrar os votos favoráveis, contrários e abstenções na Ata  
63 de inteiro teor e não no Resumo da Ata; constar os votos nominais  
64 favoráveis, contrários e abstenções nas Deliberações onde for registrado

65 maior debate. O resumo da Ata da 2ª Reunião Plenária de 2020 será  
66 votado na próxima reunião contendo votos contrário, favorável ou  
67 abstenção e com a referência ao final: a Ata de inteiro teor, elaborada  
68 pelo Taquígrafo, pode ser acessada pelo site do CBH-AT  
69 <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/atas/>

### 70 **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.**

71 O Presidente comunicou a exitosa realização do Webinar Mudanças  
72 climáticas efeitos na bacia do Alto Tietê, no dia 22 de outubro de 2020,  
73 marcando o início dos trabalhos do Grupo Eventos Extremos do Comitê.  
74 Congratulou o apoio na organização do evento da FABHAT e de Luiz  
75 Fernando Carneseca (DAEE) Secretário Executivo do Comitê, a  
76 participação da Diretoria do Comitê e o amplo apoio da Câmara Técnica  
77 de Monitoramento Hidrológico-CTMH Coordenada por Lilian Peres  
78 (CETESB). O Secretário reforçou o convite para que todos os  
79 interessados participem se inscrevendo no GT Eventos Extremos e GT  
80 Jurubatuba Câmara Técnica Monitoramento Hidrológico. Comunicou que  
81 estava aberta até o dia 15 de novembro de 2020 a Consulta Pública do  
82 Plano Estadual de Recursos Hídricos PERH 2020-2023 recepcionando  
83 comentários e sugestões. Comunicou que, como de praxe, os  
84 documentos de Expedientes do Comitê podem ser acessados na  
85 Secretaria Executiva em meio físico e também pela webpágina  
86 [https://drive.google.com/drive/folders/1EjzZr\\_BQevGiQkw5F1V8NPDm0](https://drive.google.com/drive/folders/1EjzZr_BQevGiQkw5F1V8NPDm0k9f0bEv)  
87 [k9f0bEv](https://drive.google.com/drive/folders/1EjzZr_BQevGiQkw5F1V8NPDm0k9f0bEv). Foram registrados 25 expedientes. Hélio Suleiman (Presidente

88 FABHAT) sugeriu que as Câmaras Técnicas do Comitê enviassem  
89 contribuições ao PERH indicando o que está em consonância, e se há  
90 inconsistência, com o Plano de Bacia. Comunicou que iniciaram o curso  
91 de Extensão sobre modelagem hidráulica, pela UFABC-Universidade  
92 Federal do ABC, promovendo a aproximação da Academia com o  
93 Comitê, com 10 vagas para os membros do Comitê. O Presidente disse  
94 que parcerias com a Academia são fundamentais para o avanço do  
95 Comitê e reforçou o convite para os dois Grupos de Trabalhos criados,  
96 manifestando o interesse em contato com a Secretaria Executiva. Virgílio  
97 Farias (MDV) comunicou que solicitou para a Fundação Agência da  
98 Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-FABHAT na reunião do Conselho  
99 Deliberativo em 27/10/2020, incluir no Plano de Trabalho de 2021  
100 questões legais da estrutura dos Escritórios Regionais das Leis  
101 Específicas dos Mananciais, APRM, com os estudos específicos,  
102 especialmente no reservatório Billings-APRM-B. A inclusão será  
103 ajustada para constar no Plano. Dimitri Auad (MDV) sugeriu realização  
104 de evento, aos moldes do Evento Mudanças climáticas, sobre a  
105 importância das Unidades de Conservação-UC para produção de água  
106 para usos diversos. O Presidente solicitou que a entidade providencie  
107 envio de uma minuta com proposta e objetivos.

108 **4. Apresentação sobre o relato de experiência do curso “Espaço**  
109 **urbano e planejamento popular: viver às margens do Rio**  
110 **Aricanduva e a construção de representação social”, apresentado**

111 **no ENCOB 2019, por Jaqueline Bória (UNIFESP).**

112 A Profa. Jaqueline A. Bória (UNIFESP) apresentou, em síntese, o curso  
113 surgiu da demanda comunitária pelos gestores da Unidade Tabor do  
114 Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, que entram em contato com  
115 os Professores da Unifesp em 2019. Realizaram diversas reuniões entre  
116 os atores envolvidos definindo o objetivo para a formação e qualificação  
117 de lideranças comunitárias conduzirem o diálogo entre a comunidade e  
118 Prefeitura referente às reivindicações envolvidas na obra do projeto PAC  
119 Drenagem Aricanduva. Cerca de 20 pessoas participaram, 10  
120 educadores do Tabor e 10 moradores das localidades e concluíram,  
121 recebendo Certificados de Conclusão 17 discentes. Com o curso de  
122 extensão promoveram interação aumentando bastante o vínculo da  
123 comunidade com a Universidade. Há intenção para a criação de um  
124 Grupo de Trabalho de acompanhamento da mobilização dos moradores,  
125 além de outros projetos. No final agradeceu ao Comitê por subsidiar a  
126 participação no ENCOB-2019 e pela apresentação do trabalho.  
127 Perceberam que muitos parceiros poderiam se juntar ao trabalho e o  
128 Comitê também se colocou à disposição para projetos futuros reforçando  
129 a intenção dos Presidentes do Comitê e da FABHAT na aproximação do  
130 Comitê com a Academia. O Artigo completo está no endereço  
131 <https://encob2019.regg.co/downloadPDF/downloadTrabalho/55.pdf>. O  
132 Presidente agradeceu e parabenizou, disse que via com muita satisfação  
133 tais trabalhos sendo realizados na bacia. O Comitê espera por trabalhos

134 semelhantes contando com a participação social que é extremamente  
135 importante.

## 136 **5. DELIBERAÇÕES**

### 137 **5.1. Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 103, de 29 de outubro de** 138 **2020, que aprova o regulamento do Processo Eleitoral das** 139 **entidades da Sociedade Civil para o mandato 2021-2023;**

140 A Deliberação, e anexos, foi aprovada conforme consta redação final  
141 publicada na webpágina do Comitê [https://comiteat.sp.gov.br/wp-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-103-de-29.10.2020-Aprova-o-regulamento-do-processo-eleitoral-da-Sociedade-Civil-2021-2023-3.pdf)  
142 [content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-103-de-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-103-de-29.10.2020-Aprova-o-regulamento-do-processo-eleitoral-da-Sociedade-Civil-2021-2023-3.pdf)  
143 [29.10.2020-Aprova-o-regulamento-do-processo-eleitoral-da-Sociedade-Civil-2021-2023-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-103-de-29.10.2020-Aprova-o-regulamento-do-processo-eleitoral-da-Sociedade-Civil-2021-2023-3.pdf)  
144 [3.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-103-de-29.10.2020-Aprova-o-regulamento-do-processo-eleitoral-da-Sociedade-Civil-2021-2023-3.pdf). O Presidente apresentou a Deliberação, conforme segue em  
145 síntese. Mencionou primeiramente a intensa participação e as reuniões  
146 do segmento. A Deliberação obedece ao Estatuto do Comitê, deve ser  
147 publicada com antecedência de 6 meses, agendando a eleição até 31 de  
148 Março de 2021, porém nas reuniões do segmento houve uma série de  
149 questionamentos e sugestões de alterações levando a necessidade de  
150 ampliar o prazo para aprimoramento da minuta da Deliberação e,  
151 acrescentando dois Considerandos justificando o atraso: (i) As  
152 discussões para aperfeiçoamento desta deliberação realizadas pelo  
153 segmento sociedade civil que exigiram a realização de duas reuniões  
154 gerais do segmento em 18 de setembro e 07 de outubro, bem como a  
155 recepção de diversas sugestões de ajustes e de redação; (ii) Que os  
156 prazos para cadastramento e atualização cadastral das entidades da

157 sociedade civil foram mantidos com o mesmo número de dias constantes  
158 da deliberação aplicada para o processo eleitoral que presidiu o mandato  
159 de 2019-2021. Não houve prejuízos para a ampla participação das  
160 entidades, tanto para a atualização como para o cadastramento das  
161 entidades e, na intenção de ampliar o quadro de entidades, em todas as  
162 categorias, consta no item e.4: Associações ou sindicatos  
163 representativos dos agentes promotores da construção civil e do  
164 desenvolvimento urbano: cópia de no mínimo 2 (dois) documentos que  
165 comprovem, nos últimos 2 (dois) anos, a congregação de pessoas  
166 jurídicas atuantes na incorporação ou construção de empreendimentos  
167 comerciais, habitacionais, industriais e de logística, e as atuantes no  
168 desenvolvimento urbano e social (planejamento de uso e ocupação do  
169 solo, provisão de serviços urbanos e habitação). E também está previsto  
170 estimular a participação nos Subcomitês, com processo de  
171 remanejamento de entidades dentro dos Subcomitês conforme o item  
172 11.4-Nos colegiados de Subcomitês, entidades de outras categorias  
173 poderão assumir vagas remanescentes, até que uma entidade  
174 interessada da categoria em questão se apresente solicitando a  
175 participação, conforme descrito nos itens 11.1 e 11.2. Jorge Rocco  
176 (FIESP) considerou que seria um risco altíssimo para o Comitê a questão  
177 do prazo de 6 meses e solicitou que deveriam rever tal posicionamento  
178 para não ferir o Estatuto. Camila Candiles (SEMAE Mogi das Cruzes)  
179 perguntou se o SEMAE- Serviço Municipal de Águas e Esgotos de Mogi  
180 das Cruzes, pode se inscrever como representante da sociedade civil-

181 usuário da água, e o Presidente esclareceu de acordo com o item e.2-  
182 Usuários das águas, representados por entidades associativas: (i) cópia  
183 de publicação no Diário Oficial do Estado do extrato de Portaria de  
184 outorga de direito de uso da água (ou a dispensa de outorga) expedida  
185 pelo Departamento de Água e Energia Elétrica, em vigor, de no mínimo  
186 5 (cinco) associados usuários das águas na bacia hidrográfica do Alto  
187 Tietê; e (ii) cópia de documento atestando o vínculo dos usuários  
188 outorgados com a entidade associativa; com a excepcionalidade do item  
189 4.2.b.-sobre as associações que representam os prestadores de serviços  
190 de saneamento, sistemas de abastecimento de água, esgotamento  
191 sanitário, manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana. A  
192 ASSEMAE-Associação dos serviços municipais pode representar, então  
193 deveriam tratar diretamente com a ASSEMAE. E ainda sobre a questão  
194 dos prazos, observaram o fundamental conforme previsto pelo Estatuto,  
195 não deve haver nenhum tipo de restrição para a participação da  
196 sociedade civil e, Virgílio (MDV) manifestou entendimento semelhante,  
197 que obedeceram o prazo de início dos trabalhos, a lei versa na garantia  
198 da participação de um terço do sistema para a sociedade civil, e estão  
199 obedecendo. Propôs ainda, sendo a água também um direito social, no  
200 item e.4. acrescentar: urbano e social. Jorge Rocco propôs suspensão  
201 da minuta da Deliberação e prorrogação dos atuais mandatos,  
202 regularizando o tema. As considerações do plenário prosseguiram, todas  
203 registradas na Ata taquigrafada de inteiro teor. O Presidente colocou em  
204 votação a suspensão da Deliberação. Foram 20 votos contrários, 4 votos

205 favoráveis e 2 abstenções.

206 Contrários pelo segmento Estado: Luiz Fernando Carnesecca, Sérgio Luiz  
207 Damiani, Roberto Teruo Ohmori, Maria Emília Botelho, Josenei Gabriel  
208 Cará, Monica Therezinha Bartie Rossi, Laura Stela Naliato Perez, Gerson  
209 Salviano Almeida Filho e Augusto Olavo Leite. Pelo segmento  
210 Municípios: Daniel Teixeira de Lima, Solange Wuo Franco, Adolfo José  
211 Ribeiro de Almeida e Pedro Luiz de Castro Algodoal. Pelo segmento  
212 sociedade civil: Miriam Duailibi, Amauri Pollachi, Virgilio Alcides Faria,  
213 Luciana Travassos, Cristiane Cortez, Jaqueline Bória Fernandes e Mary  
214 Dias Lobas de Castro.

215 Favoráveis pelo segmento sociedade civil: Marcos Antonio Cordeiro,  
216 Vanessa Dias, Ricardo de Aguiar Quadros e Dario Sanchez.

217 Abstenção pelo segmento Estado: Helio Rubens Figueiredo. Pelo  
218 segmento Município: Marcelo Rodrigues da Motta.

219 Na sequencia debateram os destaques do Anexo I da Deliberação CBH-  
220 AT nº 103 de 30 de setembro de 2020 – EDITAL item 1. Das vagas; II-  
221 Usuários das águas, representados por entidades associativas, dentre  
222 os setores: abastecimento público e geração de energia. II-Usuários das  
223 águas, representados por entidades associativas, dentre os setores:  
224 industrial; comercial; e serviços e, II - Usuários das águas, representados  
225 por entidades associativas, no setor: agrícola (irrigação e uso  
226 agropecuário); e agroindustrial. O item 2. Do calendário eleitoral; 2.1.  
227 datas I-Atualização cadastral ou cadastramento de 03/11 a 18/12/20; II-

228 Divulgação do Anúncio no site do CBH-ATaté 03/11/20; III Divulgação  
229 das entidades inscritas, no site do CBH-AT até 05/01/21 e IV  
230 Pedidos de impugnação à Secretaria Executiva até 12/01/21. Item  
231 e.4. na redação “e as atuantes no desenvolvimento urbano  
232 (planejamento de uso e ocupação do solo, provisão de serviços urbanos  
233 e habitação).” E também o item 11. Das vagas remanescentes 11.4-Nos  
234 colegiados de Subcomitês, entidades de outras categorias poderão  
235 assumir vagas remanescentes, até que uma entidade interessada da  
236 categoria em questão se apresente solicitando a participação, conforme  
237 descrito nos itens 11.1 e 11.2. Roberto Teruo (Secretaria de Agricultura  
238 e Abastecimento) disse que seriam sete vagas, sete setores, poderia ser  
239 entendido como uma vaga para cada setor. O Secretário Executivo  
240 expressou que consta, pelo Estatuto, 18 membros da Sociedade civil,  
241 definindo as categorias, portanto a proposta não feria o Estatuto porque  
242 o segmento apenas estava detalhando como desejava ocupar suas  
243 vagas e, como se tratava de uma questão interna do segmento da  
244 Sociedade civil, propôs aos integrantes de seu segmento a abstenção.

245 Após as considerações o Presidente colocou em votação a Deliberação  
246 CBH-AT nº 103, de 29 de outubro de 2020, e anexos, que aprova o  
247 regulamento do Processo Eleitoral das entidades da Sociedade Civil para  
248 o mandato 2021-2023. Foi aprovada por 07 votos favoráveis, 05  
249 contrários e 14 abstenções.

250 Favoráveis pelo segmento Sociedade civil organizada: Luciana

251 Travassos, Jaqueline Bória, Amauri Pollachi, Miriam Duailibi, Virgílio  
252 Farias, Mary Dias Lobas de Castro e Cristiane Cortez.

253 Contrários pelo segmento Sociedade civil organizada: Dario Sanchez,  
254 Ricardo de Aguiar Quadros, Marcos Antonio Cordeiro, Marcelo  
255 Rodrigues Sampaio e Vanessa Dias.

256 Abstenções pelo segmento Estado: Laura Stela Naliato Perez, Luiz  
257 Fernando Carneseca, Helio Rubens Figueiredo, Maria Emília Botelho,  
258 Josenei Gabriel Cará, Roberto Teruo Ohmori, Sérgio Luiz Damiaty,  
259 Monica Therezinha, Gerson Salviano de Almeida Filho e Augusto Olavo  
260 leite; e pelo segmento Municípios: Marcelo Rodrigues da Motta, Adolfo  
261 José Ribeiro de Almeida, Daniel Teixeira de Lima e Solange Wuo Franco.

262 **5.2. Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 104, de 29 de outubro de**  
263 **2020, que aprova a indicação de empreendimentos para**  
264 **financiamento com recursos do FEHIDRO em 2020, segunda**  
265 **chamada;**

266 A Deliberação, e anexos, foi aprovada conforme consta redação final  
267 publicada na webpágina do Comitê [https://comiteat.sp.gov.br/wp-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-104-de-29.10.2020-Aprova-a-indica%C3%A7%C3%A3o-de-empreendimentos-FEHIDRO-2020-segunda-chamada.pdf)  
268 [content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-104-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-104-de-29.10.2020-Aprova-a-indica%C3%A7%C3%A3o-de-empreendimentos-FEHIDRO-2020-segunda-chamada.pdf)  
269 [de-29.10.2020-Aprova-a-indica%C3%A7%C3%A3o-de-empreendimentos-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-104-de-29.10.2020-Aprova-a-indica%C3%A7%C3%A3o-de-empreendimentos-FEHIDRO-2020-segunda-chamada.pdf)  
270 [FEHIDRO-2020-segunda-chamada.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-104-de-29.10.2020-Aprova-a-indica%C3%A7%C3%A3o-de-empreendimentos-FEHIDRO-2020-segunda-chamada.pdf). Camila Arantes Coordenadora da  
271 CTGI (UFABC) apresentou. Em síntese, o Comitê providenciou  
272 treinamento para a submissão das propostas. Contextualizando o  
273 processo, protocolaram 19 propostas de empreendimentos na Secretaria

274 Executiva, entre 30 de julho até 04 de setembro de 2020. Seguiram o  
275 mesmo rito da primeira chamada, de maneira integrada, a FABHAT  
276 realizou análise preliminar e distribuíram os projetos para análise das  
277 CTs. Sempre que possível solicitaram aos proponentes tomadores  
278 complementações nos projetos. Foram habilitados e hierarquizados 10  
279 empreendimentos, 9 não foram habilitados. Ressaltou que necessitam  
280 de ampla participação nas CTs para análise dos projetos. No Anexo I da  
281 Deliberação constam os empreendimentos de 1 a 10 indicados para  
282 contratação pelos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos  
283 e confirmados para contratação com recursos oriundos da cobrança de  
284 25 a 28 constantes no Anexo II. Porém três empreendimentos não  
285 conseguiram entregar no prazo a documentação integral conforme  
286 estabelece o Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos  
287 FEHIDRO.

288 Para deliberar a plenária deveria decidir pelo Cenário 1-Indicar projeto  
289 28º. com valor FEHIDRO reduzido e eventualmente poderia constar o  
290 projeto 29º. com prazo até o final de novembro, e ainda assim sobrando  
291 recursos. Possibilitando a entrada de um novo projeto através de uma  
292 força-tarefa do Comitê sem necessidade do rito da Deliberação e  
293 hierarquização. Cenário 2- Indicar os de números 25, 26, 27, e 28 e 29  
294 aguardam até o final de novembro, se até lá for viabilizado outro projeto  
295 beneficiando a áreas de mananciais, a partir de uma força-tarefa, o 29  
296 poderia ser indicado e também eventualmente o 28. Restando ainda  
297 decisão sobre os 3 projetos habilitados que não podem ser indicados

298 pela pendência documental.

299 Aberta a palavra para as considerações Gerson Salviano (IPT) disse que  
300 o IPT colaborou com o projeto da PMSP, um dos empreendimentos que  
301 não poderia ser indicado por pendência de documentação, porém  
302 esclareceu que se tratava de processo em andamento, não definitivo e  
303 perguntando como ficaria, se poderiam também recorrer. O Secretário  
304 elogiou os trabalhos desenvolvidos, mas com inabilitação ainda grande,  
305 infelizmente e ponderou sobre a necessidade de refletir se o Comitê  
306 estava cumprindo atribuições que deveriam ser do Agente técnico e do  
307 Agente Financeiro, e, além disso, continuar orientando os proponentes.  
308 Nos cenários, a proposta do DAEE foi para facilitar a tomada de decisão  
309 do Comitê diminuindo o valor e aumentando o valor de contrapartida do  
310 projeto.

311 O Presidente comunicou que Diretoria dialogou com membros e com as  
312 instâncias do Comitê, propondo indicação direta do Comitê para  
313 empreendimentos contemplando a implementação total da Fiscalização  
314 Integrada nas áreas de Mananciais com participação dos Municípios e  
315 órgãos do Estado com acompanhamento permanente da Sociedade civil,  
316 de forma global, abrangendo aproximadamente o valor de R\$ 14.7  
317 milhões com projeto a ser desenvolvido pela SIMA, conferindo todos os  
318 itens necessários para a implementação da Fiscalização Integrada em  
319 todas as áreas de Mananciais e as que foram objeto de regulamentação.  
320 A proposta será objeto de aperfeiçoamento na Câmara Técnica. Solicitou

321 que o projeto contemple capacitação e treinamento de pessoal para atuar  
322 na fiscalização. Também como indicação direta do Comitê, uma  
323 demanda a ser administrada pela FABHAT, a contratação de um Plano  
324 Diretor de Educação Ambiental para o Comitê. A Câmara técnica de  
325 educação ambiental-CTEA deverá elaborar o Termo de Referência.  
326 Solicitou ainda acrescentar na Deliberação, que os empreendimentos  
327 28º. e 29º. ficariam, em espera até novembro, dependendo da proposta  
328 da Fiscalização Integrada e Educação ambiental, e também abrir  
329 possibilidade para os três empreendimentos que não conseguiram  
330 entregar a documentação completa, o prazo, para o mês de novembro,  
331 será estabelecido. Virgílio (MDV) disse que realmente é necessária a  
332 fiscalização nas áreas de mananciais com a educação ambiental e  
333 sugeriu utilizar para a defesa dos mananciais, com educação ambiental,  
334 o valor dos projetos não contemplados por documentação. Dimitri (MDV)  
335 apoiou a otimização dos recursos para a Fiscalização Integrada nas  
336 APRMs e sugeriu que fossem contemplados no orçamento estadual, se  
337 for necessário crie o elemento orçamentário. Miriam Duailibi (Instituto  
338 ECOAR) apoiou utilizarem parte dos recursos para construir, com os  
339 diferentes segmentos, o Plano de Educação Ambiental, formando  
340 círculos de aprendizagem e um corpo de conscientização e ações para  
341 toda a bacia. É possível dialogar com o Plano de Comunicação, e na  
342 mesma direção, Solange Wuolac (PM de Salesópolis) representando a  
343 Câmara técnica de educação ambiental-CTEA, apoiou a contratação.  
344 Sergio Marçon (SIMA/CFB) agradeceu o apoio de todos para o projeto

345 de Fiscalização integrada e comunicou que já há algum tempo estão  
346 trabalhando para esse desenvolvimento. Apresentou, com um  
347 documento simples, algumas especificações, como resumo do projeto.  
348 As propostas são frutos da experiência do dia a dia da Fiscalização e  
349 também contou com as colaborações das Prefeituras, da Polícia Militar  
350 Ambiental e da CETESB. As considerações do plenário prosseguiram,  
351 todas registradas na Ata de inteiro teor. O Presidente colocou em  
352 votação para a decisão entre Cenário 1 ou 2. Foi aprovada a Deliberação  
353 CBH-AT nº 104, de 29 de outubro de 2020, pelo Cenário-1, 13 votos.

354 O Cenário-2 recebeu 08 votos e houve 01 abstenção.

355 Cenário-1: Pelo segmento sociedade civil: Luciana Travassos, Virgílio  
356 Alcides Faria e Jaqueline Boria Fernandez. Segmento Estado: Luiz  
357 Fernando Carneseca, Helio Rubens Figueiredo, Gerson Salviano,  
358 Roberto Teruo, Augusto Olavo Leite, Monica Therezinha, Laura Stela,  
359 Maria Emilia Botelho.

360 Segmento Municípios: Daniel Teixeira de Lima e Solange Wu.

361 Cenário-2: Pelo segmento sociedade civil: Marcelo Rodrigues Sampaio,  
362 Amauri Pollachi, Cristiane Cortez e Miriam Duailibi. Segmento  
363 Estado: Sergio Luiz Damiani e Josenei Gabriel Cará. Segmento  
364 Municípios: Marcelo Rodrigues da Motta e Nilson Oliveira Bispo.

365 Abstenção: Vanessa Dias.

366 O Presidente solicitou para a Coordenadora, juntamente com a

367 Secretaria executiva, providenciar os ajustes de redação na Deliberação  
368 CBH-AT nº 104, que constará, como de praxe, publicada na webpágina  
369 do Comitê.

370 **5.3. Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 105, de 29 de outubro de**  
371 **2020, que aprova a Nota Técnica sobre o Plano de Desenvolvimento**  
372 **e Proteção Ambiental (PDPA) do Cabuçu e Tanque Grande; e 5.4.**  
373 **Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 106, de 29 de outubro de 2020,**  
374 **que aprova a Nota Técnica sobre o Plano de Desenvolvimento e**  
375 **Proteção Ambiental (PDPA) do Guaió;**

376 As Deliberações e Anexos foram aprovadas por unanimidade, conforme  
377 constam com redação final publicada na webpágina do Comitê  
378 <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/> Luciana  
379 Travassos (UFABC) apresentou as duas Notas Técnicas, em síntese, os  
380 PDPA's são subsídios para a construção das Leis Específicas. Na Nota  
381 Técnica do Guaió tinham dúvidas sobre a permanência, ou não, da alça  
382 do Rodoanel, mas pelas últimas informações obtidas a alça não está  
383 confirmada e, entenderam que não deveria ser considerada na proposta.  
384 Disse que mantiveram diálogo aberto com as Prefeituras envolvidas, não  
385 acatando exatamente todas as propostas, optaram pela lógica regional.  
386 A Nota técnica Tanque Grande-TG também sofreu pequenas alterações,  
387 por exemplo, ajustes com as áreas de proteção criadas no município de  
388 Guarulhos. O Presidente colocou em votação as Deliberações CBH-AT  
389 nº 105 e 106, de 29 de outubro de 2020, que foram aprovadas por

390 unanimidade, sem abstenção.

391 **5.5. Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 107, de 29 de outubro de**  
392 **2020, que aprova transferência de valores de recursos de custeio da**  
393 **Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tiete (FABHAT)**  
394 **para recursos de investimento do orçamento FEHIDRO 2020 e dá**  
395 **outras providências;**

396 Retirada de pauta.

397 **5.6. Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 107 (RENUMERADA), de**  
398 **29 de outubro de 2020, que aprova a compatibilidade do Plano**  
399 **Diretor do Município de São Paulo, estabelecido pelas Leis**  
400 **municipais nº 16.050, de 31 de julho de 2014 e nº 16.042, de 22 de**  
401 **março de 2016, com as Leis estaduais nº 13.579, de 13 de julho de**  
402 **2009 – Lei Específica da Billings (APRM-B) e nº 15.790, de 16 de abril**  
403 **de 2015 – Lei Específica do Alto Juquery (APRM-AJ). e 5.7.**  
404 **Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 108, de 29 de outubro de 2020,**  
405 **que aprova a compatibilidade do Plano Diretor do Município de**  
406 **Suzano, estabelecido pelas Leis municipais nº 343, de 17 de**  
407 **dezembro de 2019 e nº 340, de 09 de dezembro de 2019, com a Lei**  
408 **estadual nº 15.913, de 02 de outubro de 2015 – Lei Específica da**  
409 **APRM Alto Tietê Cabeceiras (APRM-ATC);**

410 As Deliberações, e Anexos, foram aprovadas, conforme constam  
411 publicadas na webpágina do Comitê <https://comiteat.sp.gov.br/o->

412 comite/deliberacoes-e-mocoos. O Plano Diretor de Suzano foi construído  
413 atendendo a Lei Específica da APRM Alto Tietê Cabeceiras e os índices  
414 avaliados estão de acordo. Sobre o Plano Diretor de São Paulo, a  
415 Secretaria de infraestrutura e meio ambiente-SIMA, entendeu que há  
416 compatibilização com as Leis Específicas Juqueri-APRM-AJ e Billings-  
417 APRM-B, mas não com a Lei Específica do Guarapiranga, especialmente  
418 nos parâmetros área construída e a Nota Técnica apresenta algumas  
419 sugestões.

420 Delibera pelo Artigo 1º- § 1º - Fica rejeitada a compatibilidade da  
421 legislação do Município de São Paulo aplicável sobre a porção de seu  
422 território inserida na APRM Guarapiranga visto que apresenta  
423 incompatibilidade com a Lei nº 12.233/2006, conforme o anexo  
424 “Informação Técnica SMA/CPLA nº 06/2019”. Nas considerações do  
425 plenário, em síntese, Márcia M. Nascimento (SIMA/CPLA) esclareceu  
426 que algumas demandas recebidas necessitam esclarecimentos para  
427 promoverem possíveis melhorias. Solange Wuol disse que às vezes até  
428 ficam um pouco confusas as atribuições e competências, porém na  
429 elaboração do Plano Diretor de Suzano observaram áreas de Parques  
430 e Unidades de Conservação, APA e Serra. Dimitri (MDV) recomendou  
431 compatibilização incorporando a Lei do SNUC e Virgílio solicitou que o  
432 Comitê fique atento sobre o parecer de licenciamento ambiental em São  
433 Bernardo do Campo, trata-se de um empreendimento de Ecoturismo, no  
434 entanto foi construído um Centro Logístico 100% em zona de  
435 amortecimento dentro do Parque Estadual Serra do Mar. O Presidente

436 solicitou para o MDV redigir a proposta e Virgílio solicitou elaboração de  
437 uma proposta conjunta com a SIMA. Luciana (UFABC) concordou, disse  
438 que também debateram bastante sobre condicionantes territoriais nas  
439 análises das Notas técnicas de compatibilidade dos Planos Diretores  
440 com as Leis Específicas, e há ainda bastante espaço para avançarem  
441 considerando algumas questões e definições como preservação  
442 permanente, zonas de amortecimento das UCs e APPs, entre outras.  
443 Márcia Nascimento esclareceu que a metodologia de compatibilização  
444 leva em consideração as áreas de ocupação contidas na Lei Específica  
445 e que o documento já foi encaminhado por Virgílio para o CBHAT, e  
446 deverá ser pautado na Câmara técnica de planejamento e GT  
447 Mananciais. O Presidente colocou em votação as Deliberações CBH-AT  
448 nº 107 e 108, foram aprovadas, com 01 voto contrário para as duas de  
449 Virgílio e 1 abstenção para as duas de Vanessa Dias e 01 abstenção  
450 para a Deliberação 108 de Luciana Travassos.

451 **5.8. Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 109 (RENUMERADA), de**  
452 **29 de outubro de 2020, que aprova a inclusão dos Municípios**  
453 **Guararema e Santa Isabel no Plano de Gestão Integrada de**  
454 **Resíduos Sólidos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.**

455 A Deliberação foi aprovada, publicada na webpágina do Comitê  
456 <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoos>. Hélio Suleiman  
457 (Presidente FABHAT) esclareceu que estão finalizando o Termo de

458 Referência do Plano para o Edital de licitação, e surgiu a demanda de  
459 inclusão dos municípios Guararema e Santa Isabel, realizaram os  
460 estudos mostrando que realmente seria importante a inclusão. O  
461 presidente colocou em votação a Deliberação CBH-AT nº 109, foi  
462 aprovada por unanimidade, sem abstenção.

463 **6. Informes e outros assuntos.** Todos os informes estão na Ata de  
464 inteiro teor, em síntese, Laura Stela reiterou a informação sobre a  
465 abertura da Consulta Pública do PERH 2020-2023 até o dia 15 de  
466 novembro no site sigrh. O Presidente solicitou que o MDV envie os dados  
467 para a Secretaria executiva sobre o empreendimento de Ecoturismo,  
468 onde foi construído um Centro Logístico 100% em zona de  
469 amortecimento dentro do Parque Estadual Serra do Mar. Gerson (IPT)  
470 disse que deveriam repensar a questão da documentação dos  
471 empreendimentos, até para não sobrecarregar as Câmaras técnicas e as  
472 análises de projetos, conforme disse também o Secretário Executivo  
473 sobre as responsabilidades do Comitê e do Agente técnico. O Presidente  
474 agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião. Esta Ata da 3ª. reunião  
475 plenária extraordinária de 2020 do CBH-AT, consiste no resumo  
476 executivo dos registros das notas taquigráficas que compõe a Ata de  
477 inteiro teor, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina, com revisão  
478 da Secretaria Executiva do CBH-AT e se encontra disponível, pelo meio  
479 físico na Secretaria Executiva e pelo site do Comitê no endereço  
480 <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/atas/>

481 **Amauri Pollachi**  
482 Presidente do CBH-AT

483 **Luiz Fernando Carneseca**  
484 Secretário Executivo do CBH-AT